



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **RESOLUÇÃO N. 21, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005**

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Regimento Interno, art. 21, XX, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1997, *ad referendum* do Conselho de Administração, e considerando que o edifício sede do Superior Tribunal de Justiça integra o acervo histórico cultural de Brasília, reconhecido pela UNESCO como sítio urbano de valor universal, tombado na esfera local pelo Decreto nº10.829, de 14 de outubro de 1987 e pelo Governo Federal mediante a Portaria nº04, de 13 de março de 1990, na versão dada pela Portaria 314, de 08 de outubro de 1990, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; considerando também que este Palácio de Justiça infraconstitucional está inscrito no roteiro turístico oficial do Distrito Federal,

#### **RESOLVE:**

Art.1º É proibido atribuir nome de pessoa viva, ao todo ou parte, nas instalações físicas do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º O nome oficial da sede do Superior Tribunal de Justiça não será objeto de deliberação sobre o tema desta resolução.

Art. 3º A vedação consubstanciada no art.1º estende-se a nome de pessoa falecida relativamente a logradouros internos do Tribunal, salvo casos excepcionais autorizados pela maioria absoluta do Plenário, mediante processo administrativo com a indispensável fundamentação e documentação.

Parágrafo único. Os atuais nomes vinculados a locais internos do Tribunal serão mantidos.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro EDSON VIDIGAL